



**UFSM**

**Artigo Monográfico**

---

**ANÁLISES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DI EM  
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

**Lecy Bairros**

**Curso de Graduação em Educação Especial**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2016**

**ANÁLISES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DI EM  
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

---

**Por**

Lecy Bairros

**Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em  
Educação Especial, da Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Licenciado em Educação Especial.**

**Curso de Graduação em Educação Especial**

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso de Graduação em Educação Especial**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Graduação

**ANÁLISES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DI EM  
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

elaborada por  
**Lecy Bairros**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
***Licenciado em Educação Especial***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dr<sup>a</sup>. Eliana da Costa Pereira de Menezes.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Dr. <sup>a</sup> Maria Alcione Munhoz.**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Bernadete Santini Viero.**

Santa Maria, 20 de dezembro de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por sua infinita bondade de permitir-me chegar até aqui;

A meus pais (Percival Bairros e Fermina Moraes Bairros)(em memória), os quais me concederam a vida;

Às minhas filhas, amigas, companheiras, parceiras, sempre me incentivando, apoiando, quando eu pensava em desistir, mostrando-me quanto eu era capaz de vencer o medo e a insegurança e seguir em frente. Agradeço a meus netos, que iluminam minha vida com inocência e alegria.

Às minhas colegas de graduação, pelas experiências e pelos conhecimentos compartilhados;

À minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliana da Costa Pereira Menezes, agradeço pela atenção e pelos ensinamentos, por dedicar seu tempo para a construção desse trabalho. À senhora, meu mais sincero respeito e admiração, bem como às demais professoras;

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha graduação e para a realização de um sonho.

# RESUMO

Artigo Monográfico  
Curso de Graduação em Educação Especial  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

## ANÁLISES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DI EM PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

AUTOR: Lecy. Bairros.

ORIENTADOR: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana da Costa Pereira de Menezes

Data e Local da defesa: Santa Maria, 20 de dezembro de 2016.

### Resumo

O presente trabalho objetiva discutir a aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual - DI em processo de inclusão escolar e teve sua origem nas experiências vivenciadas durante a realização do Estágio Supervisionado – Déficit Cognitivo, no 8º semestre do Curso de Educação Especial (diurno). A aluna foco do estágio, cuja intervenção serviu de material de análise para esse estudo, tem síndrome de Down, frequenta atualmente o 3º ano dos anos iniciais no colégio Estadual e também o Atendimento Educacional Especializado – AEE na escola. Os dados, analisados a partir da abordagem sóciointeracionista de Vygotsky, foram coletados do Diário de Campo do Estágio e de um questionário realizado com a educadora especial da escola responsável pelo seu AEE. Ao considerar os aspectos aqui analisados, foi possível concluir que a soma das interações qualitativas que a aluna estabelece em sala de aula com o trabalho individualizado realizado na Sala de Recursos tem favorecido o processo de inclusão da aluna. As estratégias desenvolvidas pela escola fazem com que ela se sinta parte integrante da turma, o que, por sua vez, favorece seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Sabe-se que as condições necessárias, para que a inclusão de alunos com DI se efetive, não são simples de serem conquistadas, mas ficou perceptível que, quando há investimento de todos os sujeitos (professores, alunos, família), elas se tornam mais acessíveis de serem alcançadas.

**Palavras-chave:** Inclusão, Deficiência Intelectual, Aprendizagem, Interações.

## **LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO A – Questionário realizado com a Educadora**

Especial..... **26**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>09</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 CONTEXTOS DO ESTUDO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>13</b>
<b>3. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 A INCLUSÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR.....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO ESCOLAR QUE VISEM À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DI.....</b>	<b>17</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente trabalho objetiva discutir a aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual - DI em processo de inclusão escolar. A proposição desse estudo se justifica em função de vivências que me acompanham desde muitos anos e que me fizeram ter interesse pela pessoa com DI.

Esse assunto sempre esteve presente em minha vida, desde a infância que convivo com crianças com necessidade especial. Minha primeira amiguinha tinha deficiência mental ou intelectual. Na época, era um assunto pouco comentado, a menina não tinha convívio com quase ninguém, só quando cresci que pude entender o que ela tinha. Após muitos anos, conheci uma mãe que sempre negou a deficiência da filha. Ela vestia e enfeitava a menina como uma bonequinha, o que não escondia a deficiência. Além disso, jamais fez acompanhamento médico, psicológico, educacional. Essa menina foi colega de minha filha nos anos iniciais. Na reunião com os pais, a professora explicou que ela precisava de atendimento psicológico e pedagógico para desenvolver-se e acompanhar a turma. Então, a mãe da menina ficou furiosa e trocou de escola e mais vezes a trocou de outras escolas. Foi muito doloroso ver tal situação sem nada poder fazer, nem mesmo opinar, só lamentar a negação da mãe. Por não ter conhecimento necessário para orientá-la, assisti a tudo calada.

Essas vivências marcaram minha vida e foram também responsáveis pela minha escolha com relação à graduação em educação especial na UFSM. Em 2013, ingressei no Curso de Educação Especial (diurno), o qual me oportunizou conhecimentos que possibilitaram minha compreensão sobre deficiências, síndromes e seus processos, ou seja, as dificuldades e as, limitações dos alunos com quem tenho convivido. Na trajetória de meus estágios<sup>1</sup> no Curso, aprendi que toda a criança tem seu ritmo de desenvolvimento, embora muitos sejam parecidos. Uns são mais lentos;

<sup>1</sup>O Curso de Educação Especial (Diurno) da UFSM possui em seu currículo três estágios obrigatórios, sendo o primeiro na área de Dificuldades de Aprendizagem, realizado no 6º semestre. O segundo é na área da Educação de Surdos, realizado no 7º semestre e o último na área do Déficit Cognitivo, realizado no 8º semestre.



outros, mais ativos. Aprendi também a identificar necessidades educacionais de cada aluno, valorizar o potencial de cada um da melhor maneira possível, ter respeito a suas limitações, sempre procurando compreendê-los, sem esquecer que todo o aluno tem experiências de vida fora da escola, que são determinantes para suas aprendizagens.

Nesse sentido, saliento a importância do Educador Especial na inclusão escolar, ao trabalhar junto ao professor de ensino regular, pensando no modo como planejar e desenvolver o conteúdo em sala de aula, de forma a beneficiar o aluno incluído, seguindo o planejamento para toda a turma da sala de aula. Tais ações, articuladas entre ensino regular e educação especial, constituíram minha prática como estagiária de educação especial, na área do déficit cognitivo, durante o período em que desenvolvi a pesquisa que ora apresento. Essas experiências (vivenciadas no Estágio Curricular Supervisionado na área do Déficit Cognitivo) serviram como dados para a realização deste estudo. Desse modo, essa pesquisa foi realizada em articulação com as atividades do referido estágio, quando atuei como professora de educação especial junto a uma aluna com Síndrome de Down, em uma escola da rede pública estadual de Santa Maria.

Como fundamentação teórica eleita para o embasamento dos dados que foram coletados durante o estágio e que foram aqui analisados, foram eleitos os estudos de Vygotsky, especialmente os relativos aos conceitos de mediação e zona de desenvolvimento proximal. Tais discussões constituem a continuidade do estudo.

## **2. METODOLOGIA**

Com a construção deste estudo baseando-se na minha trajetória e em estudos na área da Educação Especial, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, que será desenvolvida a partir de reflexões acerca das vivências de minhas atividades de estagiária, em um contato próximo e direto com a aluna com síndrome de Down. Segundo Minayo, (2010, p.22):

(.....) A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares ela se ocupa nas Ciências Sociais com um nível de realidade a que que não pode e não deveria ser quantitativa, ou seja trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aparções, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenomenos é entendido como da realidade social, pois o ser humano se distingue não só agir, mas pensar sobre o que faz e interpreta suas ações na vida partilhada com seus semelhantes. A diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social que difere a é a natureza e não a escala hierárquica.

A metodologia de abordagem qualitativa, coleta de dados em Educação Ciências Sociais e humanas, tem, como foco principal, a entrevista com a Educadora Especial, em questões referentes ao estágio de Déficit Cognitivo, com objetivo de investigar práticas educativas de trabalho. A análise qualitativa foi realizada dentro de um contexto, uma vez que se necessita cumprir o objetivo que foi proposto, partindo do relato das atividades desenvolvidas, que se configuram como coletas de dados.

Neste contexto, Minayo (2008, p.11) descreve que a ciência social lida com seres humanos e, conforme ela, não existe uma ciência neutra. Assim, a visão do mundo implica em todo o processo de conhecimento, desde a escolha do objeto, a aplicação e o resultado, o método e a técnica. Descreve, ainda, que o objeto da ciência sociais é essencialmente qualitativo, pois a ela possui instrumentos e teorias que permitem a aproximação dos seres humanos em sociedade.

### **2.1 Contexto do estudo**

As atividades do Estágio Supervisionado Déficit Cognitivo, que deram origem a essa pesquisa, foram desenvolvidos no Colégio Estadual Coronel Pilar – Maria/RS. Essa escola é conhecida, no município, por possuir uma

história relativa à inclusão de alunos com necessidades especiais. Essa instituição tornou-se referência em Educação Inclusiva no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Sua primeira experiência de inclusão remota ao ano de 1993, quando recebeu seu primeiro aluno cego em uma classe regular. Isso se deu em um contexto histórico, portanto, em que sequer os arcabouços jurídicos Nacional e Internacional, relacionado à inclusão, estavam deliberados, disseminados ou consolidados. Foi uma escola que reconheceu a importância social e aceitou o desafio pedagógico de ter salas de aula mais plurais, quando tais práticas ainda eram absolutamente iniciantes e experimentais na educação brasileira. Liderada por seu diretor da época, professor Paulo, a escola enfrentou a resistência e a desconfiança de uma cultura educacional que via como natural a separação de estudantes com deficiência daqueles que se dirigiam ao ensino regular. Mas as mudanças, claro não se deram da noite para o dia. A escola possui sala de recurso multifuncional, onde as Educadoras Especiais desenvolvem o atendimento educacional especializado. São seis Educadoras Especiais. Ainda, possui ensino fundamental, médio e EJA. A clientela é bem heterogênea oriunda dos mais diversos meios (MENDES, 2014).

Minhas atividades na escola aconteciam nas terças-feiras, das oito horas e trinta minutos até às onze horas e trinta minutos, na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, nas quintas-feiras, das treze horas e trinta minutos até às dezessete horas e trinta minutos, na sala de aula regular. Com minha intervenção pedagógica, busquei criar estratégias para o desenvolvimento e a aprendizagem da aluna, a partir do estímulo no ato de pensar, criar, entender, compreender e apropriar-se daquilo que constitui a nossa cultura e que possibilitaria maior participação social e educacional dela.

## **2.2 Sujeitos da Pesquisa**

A aluna, foco do estágio e cuja intervenção serviu de material de análise para este estudo, tem síndrome de Down. Atualmente, frequenta o 3º ano dos anos iniciais no colégio Estadual Coronel Pilar e também o atendimento educacional individualizado na escola.

Ela gosta da escola, dos professores e dos colegas, é muito criativa, carinhosa e colaborativa. No processo de alfabetização, encontra-se no estágio pré-silábico, isto é, em fase de conhecimento e de internalização do alfabeto, contudo acompanha todas as atividades propostas pela professora de Educação Especial. A aluna tem ótima relação com todos seus colegas; gosta muito de brincar; é bastante participativa e faz questão de participar da oração diária, juntamente com seus colegas. Durante a aula, caso não esteja fazendo alguma atividade proposta, ela tenta copiar do quadro o que está escrito, com suas garatujas e, depois, leva para a professora corrigir quando os colegas também levam os seus, o que demonstra o sentimento de pertença que ela possui com colegas. A professora de sala de aula regular tem conversado com a turma e explicado para os alunos a respeito do desenvolvimento e das necessidades da aluna. Igualmente, ela solicitou a ajuda, a cooperação de todos os colegas. O processo da educação Inclusiva, com a participação de todos, é muito importante. É bom ver a colaboração de todos.

Referente à Educadora Especial com quem a entrevista será desenvolvida, é uma profissional com vasta experiência, formada há vinte e três anos, com formação e especialização em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ela atua na mesma escola no decorrer desses vinte e três anos, como Educadora Especial no turno da manhã e da tarde, durante os cinco dias da semana. Além da atuação pedagógica, é responsável pelo transporte dos estudantes, auxilia nos aspectos burocráticos junto a Direção e Coordenação pedagógica da escola e é membro do círculo de pais e mestres escolar (CPM).

### **2.3 Instrumentos de coleta de dados**

Diário de campo do estágio supervisionado, na área do Déficit Cognitivo, e um questionário realizado com a educadora especial.

### **3. ANÁLISE DOS DADOS**

#### **3.1 A inclusão de alunos da educação especial na escola regular**

Para construção desta discussão, teve-se, como ponto de partida, a análise sobre a evolução Histórica da Educação Especial, desde a antiguidade até os dias atuais, enfatizando os aspectos que conduziram o processo da exclusão às perspectivas atuais de inclusão escolar. Voltando o olhar para o estudo de fontes que implicam em documentos legais e publicação específicas da história da Educação Especial, percebe-se que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão. Isso ocorre por essas instituições terem compreendido que os direitos das pessoas com necessidades especiais são iguais aos demais cidadãos, e elas estarem longe de serem responsáveis pela negação dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais de terem acesso à educação.

A inclusão ou exclusão das pessoas com deficiência está intimamente ligada às questões culturais. O direito ao ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade, porém isso nem sempre acontecia. Muitas escolas não aceitavam alunos com algum tipo de deficiência, negando a eles o direito a algumas metas para conseguir uma educação inclusiva de qualidade.

Essa realidade constitui a história da educação especial no Brasil. O atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período, duas instituições foram criadas: O Instituto dos Meninos Cegos, em (1854), atual Benjamin Constant-IBC e o Instituto dos Surdos Mudos em (1857), hoje denominado de Instituto Nacional da Educação dos Surdos INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, fundou-se a primeira Associação de pais e de amigos dos excepcionais-APE. Já 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi por Helena Antipoff.

“Foi a partir da década de 1970 que a educação especial passou a ser discutida no Brasil, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais, estaduais e de classes especiais (ROGALSKI, 2010, p.02) ”.

Segundo Rogalski (2010), a Educação Especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes, culminando , no contexto atual, em uma parceria com as políticas de educação inclusiva. Já em 1988, na Constituição Federal, o Brasil acenava com a necessidade de oferta de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, mas a educação inclusiva apenas ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994), que orientou, no país, a aprovação da LDB n. 9394 de 1996.

Atualmente, o Ministério da Educação denomina a educação especial tanto como uma área de conhecimento, quanto como um campo de atuação profissional. Essa lida com fenômenos de ensino e de aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, porém tem entrado na pauta, nas últimas duas décadas, devido ao movimento educação inclusiva. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI (2008), faz-se necessário uma nova concepção para as práticas educacionais na escola comum. A implantação dessa política coloca, em debate, o compromisso de assegurar a inclusão e a formação de qualidade a toda população, com possibilidade real de atendimento educacional a crianças jovens e adultos com ou necessidade especiais. Por outro lado. Igualmente, expõe, as práticas discriminatórias e o processo de especificação do sujeito de direito.

Nesse contexto, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula de todos os alunos em classe comum de ensino regular, eliminar as barreiras que impedem sua participação e sua aprendizagem nas escolas comum de ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado, de forma a complementar a escolarização aos alunos público-alvo da educação especial. A educação especial, dessa maneira, é uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtorno globais de desenvolvimento e altas habilidade superdotação. Conforme a Política o atendimento Educacional Especializado,

deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família, as necessidades específicas das pessoas público-alvo da EE e ser realizada com as demais políticas públicas.

Para subsidiar legalmente os princípios presentes na PNEEPEI, foram instituídos a Resolução n.04/2009 e o Decreto n. 7611/11. A Resolução trata sobre diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado deste atendimento, prioritariamente em sala de recurso multifuncionais da própria escola, no turno inverso ao da escolarização, podendo, ainda, ser realizado em outra escola ou em centro educacional especializado da rede pública ou comunitária, confessional ou filantrópica sem fins lucrativos. A emenda apresentada visa assegurar que as pessoas com deficiência, matriculadas no atendimento educacional especializado, não tenham esse atendimento interrompido após os 18 anos, independente da faixa etária ou nível de instrução. Já o Decreto nº. 7611/11 garante um sistema educacional, em todos os níveis, sem discriminação e com igualdade de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou seja, a não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Ainda, oferece a garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, de asseguradas adaptações razoáveis, de acordo com as necessidades individuais, com apoio no âmbito educacional geral, a fim de facilitar sua efetiva educação. Também garante a adoção de medidas de apoio individualizado e efetivo, em ambiente que maximize o desenvolvimento acadêmico e social de acordo a meta da inclusão plena e do apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusivas em Educação Especial.

Considerando esse contexto legal, não é possível aceitar que a Constituição Federal (1988) seja ferida e que se retroceda a tempos em que a Educação Especial era matéria tratada no âmbito da assistência. Estamos em outro momento, em que essa área, entendida na perspectiva da educação inclusiva, assegura a todos os alunos que são seu público-alvo o direito inalienável à educação, em escolas comuns, de modo a compartilharem, com seus colegas de turma, de um ensino para todo democrático e coerente com uma formação cidadã. Nesse sentido, na continuidade do estudo, foi proposta uma discussão sobre estratégias de inclusão escolar desenvolvidas em uma

escola da rede estadual de ensino, visando à aprendizagem de uma aluna com DI.

### **3.2 Estratégias de inclusão escolar que visem à aprendizagem dos alunos com DI**

Ao se pensar a respeito das práticas inclusivas e dos processos de aprendizagem dos sujeitos em processo de inclusão escolar, optou-se pelo embasamento nos estudos de Vygotsky, a partir do qual se compreendeu que a inclusão deve ser uma prática que necessita de interações qualitativas entre os sujeitos, uma vez que serão essas interações que possibilitarão que esses sujeitos construam suas aprendizagens.

Nesse sentido, o conceito de mediação, proposto pelo autor, torna-se central no ambiente escolar, e o papel dos professores (educação especial e ensino regular) de extrema relevância. Ao observar e investigar o conhecimento prévio que cada aluno carrega de suas experiências vividas, o professor tem maiores chances de construir um processo de mediação que seja significativo ao aluno, por meio da atuação na sua zona de desenvolvimento proximal (ZDP). A ZDP, criada por Vygotsky (1998), deve ser pensada como a própria metodologia de trabalho de mediação, em que a pessoa atua para ampliar o conhecimento do aprendiz. Para tanto, é necessário reconhecer o que o outro pode realizar sem ajuda. Essa zona corresponde à distância entre as atividades que o aluno consegue fazer sozinho (nível de desenvolvimento real) e o que ele já faz mas com o auxílio do outro (nível de desenvolvimento potencial).

O nível de desenvolvimento real é um sinal do ciclo do desenvolvimento já completo, refere-se às funções psicológicas que a criança já constrói até determinado momento. Já o segundo nível de desenvolvimento, potencial, para Vygotsky, é o indicativo do desenvolvimento da criança. “Tais níveis de desenvolvimento são acionados pelas interações que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos nos diferentes espaços sociais em que está inserido (família, escola, amigos...)” (VYGOSTSKY *apud* DANIELA, 2003, p.14).



A escola promove uma variedade de relações interpessoais, cuja importância, para o processo de desenvolvimento, está em auxiliar em muito a formação das funções psicológicas humanas possíveis a partir da mediação, especialmente pela linguagem. “A interação que o indivíduo estabelece com as pessoas que cercam, sejam na escola ou em outro ambiente, exercem fundamental papel no desenvolvimento humano, pois é a partir da internalização dos signos socialmente construídos que as funções Inter psicológicas se constituem, o que vem a ressaltar a gênese social da consciência humana definida por Vygotsky” (1984, p.147)

Nesse contexto, é possível reconhecer o papel e a importância da escola para o avanço da sociedade como um todo, pois é na e pela apropriação do conteúdo produzido na escola que o homem se constitui enquanto sujeito consciente, crítico, agente da história.

O processo de educação escolar é qualitativamente diferente do processo de educação em sentido amplo. Na escola a criança está diante de uma tarefa; entender as bases dos estudos científicos, ou seja, um sistema de concepções científicas. (VYGOTSKY, 1984, p.147).

Esse processo de aquisição do conhecimento científico dos alunos que estão em situação de inclusão escolar, por sua vez, pressupõe a organização da escola como um espaço inclusivo, considerando fatores como: tempo para planejamento; interação entre os professores do ensino comum e da educação especial; interesse dos professores; interação entre família e escola; parceria com a Universidade, entre outros. Tais aspectos foram percebidos como importantes a partir da experiência do estágio desenvolvido durante este ano e reafirmados pela educadora especial.

“É preciso considerar a falta de tempo para melhores interações com professor do AEE e o professor do ensino regular e este último com os próprios alunos com N E E.”.

“Conversas constantes com os professores. Adaptação do espaço físico (rampas, banheiro, computadores). Aquisição de classes adaptadas, cadeiras e andador...”

## **(Educatora Especial)**

A esse respeito, Carneiro (2007) ressalta que

Assim como a criança em cada etapa de desenvolvimento apresenta uma peculiaridade quantitativa, uma estrutura específica do organismo e da personalidade, da mesma forma a criança com alguma deficiência apresenta um desenvolvimento qualitativamente distinto, peculiaridades únicas. Tornando necessário, visar e facilitar estratégias de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com DI promovendo formas de alterações na organização escolar discutir questões para um desempenho significativo do aluno com DI em disponibilidade da implementação das políticas de Inclusão (CARNEIRO, 2007p.390).

A inclusão do aluno com deficiência Intelectual, na sala de aula comum, necessita da interação de qualidade e de troca, bem como de ajuda e de apoio entre os alunos, a partir de um processo de mediação bem organizado, visando ao estabelecimento de estratégia de aprendizagem de qualidade. Nesse sentido, durante meu estágio, foi possível perceber que a interação entre a aluna, professora e colegas acontece naturalmente.

Em certa aula, a professora distribuiu o livro de exercício “Descobrir o Mundo”, de Ciências Humanas e Naturais para toda a turma, inclusive para a aluna com DI. Foi notável a alegria, o prazer e o interesse dela em fazer a atividade solicitada:

“Paisagens são aspectos perceptíveis do espaço geográfico, é tudo que podemos perceber utilizando nossos sentidos. Existem dois tipos de paisagens: paisagem natural- formada pelos elementos naturais, rios, lagos, montanhas, mares, florestas. Paisagem humanizada- é a paisagem que já sofreu algum tipo de modificação pela ação humana.” A partir dessa definição, a aluna desenhou a rua, uma flor, um carro, representando a paisagem que vê de sua janela. Também fez uma paisagem natural em seu caderno, um rio com peixes e árvores. Ao corrigir, a professora colocou lindo, e a aluna ficou eufórica.

**(Diário de Campo do Estágio)**

O Atendimento Educacional Especializado – AEE deve integrar a Proposta Pedagógica da escola para garantir o acesso e a participação dos estudantes com necessidades especiais, público-alvo da Educação Especial. A modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, para os alunos em processo de inclusão, tem, como objetivo, tornar esse processo mais significativo para os alunos. Em decorrência disso, torna-se uma prática indispensável quando pensamos em inclusão escolar. Segundo a fala da educadora especial, na escola, o trabalho feito, pela educação especial, é considerado importante para a inclusão dos alunos.

“O aluno e família passam a sentir-se melhor dentro do ambiente escola, evitando inclusive, muitas vezes, a evasão escolar destes alunos.”

"Com certeza, positivamente a cada ano que passa, pois aumenta a autoestima dos alunos, bem como o convívio destes com os professores do ensino regular que também participam dos eventos e demais funcionários da escola.”

**(Educadora Especial)**

Tais aspectos também foram observados por mim durante o trabalho no AEE:

Ao iniciar intervenção pedagógica com a aluna na Sala de Recursos, observei que ela tinha preferência pelos desenhos da Peppa Pig. Desse modo, adaptei meus planejamentos tendo como referência a figura da Peppa, para despertar o interesse da aluna, relacionando a imagem do desenho com palavras e letras em várias maneiras, ou seja, com jogos alfabéticos, da memória, de sílabas, quebra-cabeça e sequência alfabética. Com o intuito de desenvolver a imaginação, percepção e atenção, continuei trabalhando o conhecimento lógico matemático na construção de noção de tempo, com um relógio que a aluna pintou na aula anterior. Eu revesti com EVA e coloquei ponteiros que girassem para acompanhar o horário, oferecia a ela uma folha com imagem de relógio indicando diversas horas. A aluna olhou e começou a

girar os ponteiros do relógio como estava no desenho e escreveu, em números, conforme horas solicitadas, sempre rindo e brincando. Foi perceptível o progresso da aluna ao desenvolver as atividades de vogais para encontrar a figuras correspondente a letras, quando estava disposta a reproduzir, optando por copiar tudo que aparecia pela frente, o que estava escrito nas folhas de atividades, nas camisetas dos colegas, com garatujas nas quais introduz letras e números até preencher uma página do caderno, e murmurava como se estivesse lendo.

**(Diário de Campo do Estágio)**

Ao considerar os aspectos aqui analisados, é possível concluir que a soma das interações qualitativas que a aluna estabelece em sala de aula, com o trabalho individualizado realizado na Sala de Recursos, tem favorecido o processo de inclusão da aula. Sabe-se que as condições necessárias para que a inclusão de alunos com DI se efetive não são simples de serem conquistadas, contudo ficou perceptível que, quando há investimento de todos os sujeitos (professores, alunos, família), elas se tornam mais acessíveis de serem alcançadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve, como objetivo, discutir a aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual - DI em processo de inclusão escolar, e foi pensado a partir da experiência vivenciada no Estágio Supervisionado na área do Déficit Cognitivo.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva de Educação Inclusiva-PNEEPEI-(2008) é necessária uma nova concepção para práticas educacionais na escola comum. A implantação dessa política coloca em debate o compromisso de assegurar a inclusão e a formação de qualidade a toda a população, com possibilidade real de atendimento educacional a crianças, jovens e adultos com necessidade especiais; ao mesmo tempo em que expõe as práticas discriminatórias e o processo de especificação do sujeito de direito.

Ao se pensar acerca das práticas Inclusivas e o processo de aprendizagem do sujeito em processo de inclusão escolar optou-se pelo embasamento nos estudos de Vygotsky, a partir do qual se pode compreender que a inclusão deve ser uma prática que necessita de interação qualitativa entre os sujeitos, pois serão essas interações que possibilitarão que esses sujeitos construam suas aprendizagens.

Ao observar o conhecimento prévio que cada aluno traz de sua experiência vivida, o professor ou educador tem maior chance de construir um processo de mediação que seja significativo ao aluno, através da zona de desenvolvimento proximal (ZDP) criada por Vygotsky (1998), como da própria metodologia de trabalho de mediação, em que a pessoa atua para ampliar o conhecimento do aprendiz. Para tanto, é necessário reconhecer o que o outro pode realizar sem ajuda, qual o avanço em suas habilidades.

A escola promove uma variedade de relações interpessoais, cuja importância, para o processo de desenvolvimento, está em auxiliar muito a formação das funções psicológicas humanas possíveis a partir da mediação, especialmente pela linguagens.

Considerando a inclusão escolar do aluno com DI em sala de aula regular, essa só será bem sucedida se a professora usar estratégias que

envolvam todos os colegas no processo de mediação. Isso foi presenciado na sala de aula regular da escola em estudo, na interação da professora com os alunos e com a aluna incluída. Essa profissional desenvolvia atividades em comum para garantir a participação de todos com igualdade.

É expressivamente importante o papel socioeducativo da escola, com várias atividades extracurricular, festividades da semana da Pátria com hora cívica, teatro, hasteamento da bandeira. Na semana da criança, sempre acontece confraternização da classe especial do colégio por meio de jantar baile, do qual participei juntamente com as outras estagiárias e as Educadoras Especiais da escola. Ultimamente, participamos da amostra pedagógica. Dessa maneira, sempre fomos bem acolhidas, adquirindo experiências de grande aprendizado.

Nesse sentido, foi possível vivenciar um processo de inclusão escolar que se mostra benéfico para a aluna com DI. As estratégias desenvolvidas pela escola fazem com que a aluna se sinta parte integrante da turma, o que, por sua vez, favorece seus processos de desenvolvimento e de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Casos de Inclusão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31872> . Acessado em 28 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611. Brasília 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acessado em 12 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução 04. Brasília 2009. Disponível em: [http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004\\_09.pdf](http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004_09.pdf). Acessado em: 12 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SSESP, 2008.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de Down. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10829/000601510.pdf?sequence=1> .Acessado em 004 de outubro de 2016.

CAVALLI, Suzana Cristina. O programa de desenvolvimento educacional (PDE), DO Estado do Paraná, no contexto da formação continuada de professores. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/508-4.pdf> . Acessado em: 29 de outubro de 2016.

LOUREIRO, P. Vygotsky- Mediação simbólica no desenvolvimento humano, uma visão sócio- histórica. Disponível em: <http://professorloureiro.com/vygotsky-mediacao-simbolica-no-desenvolvimento-humano-uma-visao-socio-historica/>. Acessado em 08 de outubro de 2016.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.); Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18ed, Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf) . Acessado em 29 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_, O Desafio da pesquisa social. Disponível em: <http://petsso.blogspot.com.br/2011/05/resumo-o-desafio-da-pesquisa-social.html> . Acessado em: 24 de setembro de 2016.

ROGALSKI, Solange Menin; Histórico do Surgimento da Educação Especial. Disponível em: [WWW.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168-1.pdf](http://WWW.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168-1.pdf). Acessado em 23 de agosto de 2016.

TAROUCO, Liane Margarida (org.); Objetivo da Aprendizagem: Teoria e prática.  
Disponível em: <file:///C:/Users/Lecy/Downloads/000937201.pdf> . Acessado em 23 de outubro de 2016.



## **ANEXO A – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM A EDUCADORA ESPECIAL**

### **Trabalho Final de Graduação: “ANÁLISES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DI EM PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR”**

O presente instrumento de coleta de dados constitui a pesquisa desenvolvida como Trabalho Final de Graduação- TFG da acadêmica Lecy Bairos. Tem como objetivo discutir a aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual - DI em processo de inclusão escolar.

Convidamos você a colaborar com a pesquisa através deste questionário e agradecemos desde já sua disponibilidade!

#### **QUESTIONÁRIO:**

1. Como foi sua adaptação na escola no começo de sua atuação pedagógica?
2. Quais foram as transformações ocorridas nas práticas da escola no decorrer de todos esses anos de implementação das políticas de inclusão escolar?
3. Quais os aspectos, na sua opinião, que dificultam as interações dos alunos com DI, e por consequência seus processos de aprendizagem na escola?
4. O que ainda te surpreende ou afeta na experiência com os estudantes com Deficiência Intelectual?

5. Como você avalia a colaboração e apoio que consegue estabelecer com os pais para o estabelecimento de aprendizagens pelos alunos em processo de inclusão escolar?

6. Como você avalia a colaboração e apoio que consegue estabelecer com os demais sujeitos da escola (professores e alunos) para o estabelecimento de aprendizagens pelos alunos em processo de inclusão escolar?

7. Sabemos que você tem um projeto de inclusão social e lazer com as famílias e alunos. Como essa atividade tem interferido nos processos de aprendizagem dos alunos com DI?

**DATA: 11 /10/ 2016.**